



# ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

18 DEZEMBRO 2015

## NOTA À IMPRENSA

### “GOVERNO ESTABELECE DUPLA TUTELA PARA A AUTORIDADE NO MAR”

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima saúda o XXI Governo Constitucional pela sua composição orgânica e criação de uma tutela específica para os assuntos do Mar.

De acordo com a Lei Orgânica do novo Governo, “a *Ministra do Mar tem por missão a coordenação transversal dos assuntos do mar*”, exercendo a “*superintendência e tutela em matéria de mar*”.

Na nova organização do Governo de Portugal, a Ministra do Mar ocupa uma posição determinante na orientação estratégica, coordenação e execução dos poderes de autoridade marítima, nos espaços de jurisdição e quadro das atribuições do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), conjuntamente com o Ministro da Defesa Nacional.

Esta evolução orgânica significa, para a ASPPM, um pequeno avanço na perspetiva de centralização dos poderes de autoridade marítima na tutela do Ministério do Mar, com todas as implicações que tal projeção envolve, nomeadamente na garantia de segurança e dos direitos dos cidadãos nas áreas marítimas, que é, *prima facie*, a função do SAM.

Também a especialização e vocação da Polícia Marítima para os assuntos do mar, importam, *per si* uma mudança de tutela, para ultrapassar eventuais ingerências e artifícios conceptuais que emergem ou persistem desde a criação do SAM.

A ASPPM exorta, assim, o XXI Governo Constitucional para que, na regulamentação da organização dos respetivos Ministérios, ouse vencer o lóbie militar, considerando a inserção da Polícia Marítima na tutela do Mar, afirmando a Polícia Marítima como o órgão de polícia criminal de excelência, especializado nas áreas e matérias do SAM.

A Direção Nacional